

ORA newsletter

Nº 39 - Abril/2010
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Março de 2010	1
Provisões – Alguns Aspectos Relevantes	2
Revisores e Auditores	4

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – MARÇO DE 2010

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Portaria n.º 125/2010, de 1 de Março - Prevê medidas excepcionais de apoio à contratação para o ano de 2010.

Ministério da Justiça - Portaria n.º 145/2010, de 10 de Março - Cria a certidão permanente de registo civil e regulamenta as condições quanto ao pedido de acesso, ao prazo de validade e aos emolumentos devidos.

Ministério das Finanças e da Administração Pública – Decreto-lei n.º 14/2010, de 9 de Março - Alarga o prazo até 31 de Dezembro de 2010 para a apresentação das candidaturas de acesso à linha de crédito extraordinária destinada ao financiamento de 50% da prestação mensal a cargo das pessoas que tenham estabelecido um contrato de crédito à habitação própria permanente desde que se encontrem na situação de desemprego há, pelo menos, três meses.

Assembleia da República - Lei n.º 2/2010, de 15 de Março - Altera o artigo 22.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, sobre o momento e modalidades do exercício do direito à dedução do imposto.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Despacho n.º 4489/2010, de 15 de Março - Manutenção de garantia do Estado ao Banco Português de Negócios, S.A..

Instituto de Seguros de Portugal - Norma Regulamentar n.º 02/2010-R, de 18 de Março - Altera a norma regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de Junho, relativa a conduta de mercado.

Instituto de Seguros de Portugal - Norma Regulamentar n.º 3/2010-R, de 24 de Março - Estabelece os princípios e regras a observar pelas empresas de seguros, mediadores de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões na publicidade por si efectuada.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Regulamento da CMVM n.º 2/2010, de 23 de Março - Sistema de Indemnização aos Investidores (alteração ao regulamento da CMVM n.º 2/2000).

ORA newsletter

Nº 39 - Abril/2010
(circulação limitada)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Portaria n.º 183/2010, de 29 de Março - Cria a iniciativa Formação para Empresários e estabelece as respectivas normas de funcionamento. Esta Iniciativa tem como objectivo reforçar e desenvolver as competências dos empresários de micro e pequenas e médias empresas (PME), através da realização de acções de formação e de aconselhamento que respondam às suas necessidades, visando a melhoria da sua capacidade de gestão e o aumento da competitividade, modernização e capacidade de inovação das respectivas empresas.

Ministério das Finanças e da Administração Pública – Despacho n.º 5696-A/2010, de 29 de Março – Remunerações - Sector Empresarial do Estado. É determinado, a título excepcional, e nos termos legalmente previstos, que seja adoptada por todo o sector empresarial do Estado uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração, designadamente não havendo lugar, nos anos de 2010 e 2011, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março - Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio.

PROVISÕES – ASPECTOS RELEVANTES

Na sequência da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro nº 21 – “Provisões” veio introduzir alguns aspectos relevantes no que diz respeito ao tratamento contabilístico das provisões reportadas pelas entidades.

Da análise efectuada à norma e tendo em consideração as implicações fiscais subjacentes a este assunto destacamos o seguinte:

- Provisões para Reestruturação

Os critérios gerais para o reconhecimento de uma provisão para reestruturação encontram-se definidos de forma clara e objectiva na norma (parágrafo 13), existindo explicação adicional da aplicação desses critérios a reestruturações nos parágrafos 70 a 80.

Uma reestruturação inclui, entre outras, as seguintes situações: (i) Venda ou cessão de uma linha de negócios; (ii) O fecho de locais de negócio; (iii) Alterações na estrutura de gestão; e (iv) Reorganizações em todas as operações da entidade.

O reconhecimento da provisão para este fim só deve ser efectuado quando existir um plano formal detalhado para a reestruturação e tenha sido criada uma expectativa válida da sua implementação através de comunicações/informações aos intervenientes afectados. De salientar, que a norma define requisitos mínimos que devem ser levados em consideração aquando da elaboração do plano de reestruturação (parágrafo 70, alínea a)).

ORA newsletter

Nº 39 - Abril/2010
(circulação limitada)

- Valor Presente

As provisões constituídas devem ser mensuradas ao justo valor (ou valor presente), excepto se vencerem juros, sempre que o efeito temporal do dinheiro seja materialmente relevante. A sua actualização será feita através de uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta o valor temporal do dinheiro. A actualização é efectuada de acordo com o número de anos subjacente à data de liquidação prevista para a obrigação provisionada.

- Alterações em Provisões

As provisões devem ser alvo de actualização à data de reporte de cada balanço de modo a que as obrigações presentes da entidade reflectam a melhor estimativa corrente. Deste modo, as reversões ou reforços decorrentes da análise das provisões constituídas são reconhecidas directamente em resultados do exercício.

- Uso de Provisões

As provisões constituídas só podem ser utilizadas para os dispêndios que se relacionem com o que deu origem ao seu reconhecimento, estando desta forma, completamente afastada a possibilidade de existir substituição de provisões, pois tal situação iria ocultar o impacto de dois acontecimentos distintos.

- Implicações Fiscais

De acordo com o disposto no artigo 39.º do CIRC são aceites fiscalmente as seguintes provisões: (i) Provisões para processos judiciais em curso; (ii) Provisões para garantias a clientes (com limitações – forma de cálculo definida no n.º 5 do referido artigo); (iii) Provisões técnicas impostas pelo Instituto de Seguros de Portugal; e (iv) Provisões para recuperação de danos ambientais.

Os gastos referentes ao desconto do valor presente da provisão também são aceites fiscalmente.

De salientar, que a aceitação da provisão para garantias a clientes está sujeita a regras de cálculo, pois o montante anual da provisão para garantias a clientes a que refere é determinado pela aplicação às vendas e prestações de serviços, sujeitas a garantia efectuadas no período de tributação, de uma percentagem que não pode ser superior à que resulta da proporção entre a soma dos encargos derivados de garantias a clientes, efectivamente suportados nos últimos três períodos de tributação, e a soma das vendas e prestações de serviços sujeitas a garantia efectuadas nos mesmos períodos.

- Ivo Morais -

Bibliografia:

- *Sistema de Normalização Contabilística – Porto Editora*
- *Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas*

ORA newsletter

Nº 39 - Abril/2010
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente a sua Newsletter nº 3/10 em que salientamos pelo seu interesse as seguintes informações:

- i) **Manual das Normas Internacionais de Auditoria e de Controlo de Qualidade e Manual do Código de Ética para Auditores e Contabilistas Profissionais** – A International Federation of Accountants (IFAC) emitiu a versão de 2010 do Manual de Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados e a versão de 2010 do Manual do Código de Ética para Auditores e Contabilistas Profissionais.
Os Manuais poderão ser obtidos gratuitamente, em formato PDF, no site da IFAC através do seguinte link www.ifac.org/publications.

- ii) **IAESB emite documento de consulta sobre requisitos de Competência para profissionais de auditoria** - O International Accounting Education Standards Board (IAESB) procura comentários sobre as suas propostas de revisão da Norma Internacional de Educação (IES) 8, Requisitos de Competência para Profissionais de Auditoria.
Os comentários são esperados sobre uma série de assuntos, incluindo o público-alvo da norma e o conhecimento e competências técnicas necessárias para trabalhar como um profissional de auditoria. Através desta revisão, o IAESB procura melhorar a clareza e a leitura da norma de modo a assegurar a sua aplicação consistente e para facilitar a adopção e implementação internacional.